SAÚDE PÚBLICA

No DF, covid sobe em 36 dias; estados observam

Para Secretaria de Saúde, não há razão para alarmismo, mas adverte que não se pode deixar a vacinação de lado. Boletim InfoGripe, porém, chama a atenção para o crescimento no número de casos da Síndrome Respiratória Aguda Grave

» RAFAELA BOMFIM

O Distrito Federal registrou 2.460 casos de covid-19 entre janeiro e 6 de novembro. Significa uma redução de 76% em relação ao mesmo período de 2025, quando foram contabilizadas 10.247 ocorrências. Mas, apesar da queda, 719 notificações — quase um terço do total deste ano — foram feitas entre 2 de outubro e 5 de novembro. O avanço recente da doença também aparece em outras regiões e, segundo o Ministério da Saúde, 18 unidades da Federação apresentam tendência de alta nas infecções pelo coronavírus. Já o boletim InfoGripe, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), chama a atenção para o aumento de casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) associada à covid-19 no DF, em Mato Grosso, no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Santa Catarina.

A Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF) avalia que o cenário de infecções não representa motivo para alarme. A pasta reforça, porém, a importância de manter a vacinação em dia contra o coronavírus e outros agentes causadores de doenças respiratórias.

Dos 5.405 casos de SRAG diagnosticados no DF neste ano, 106 (2%) foram provocados pelo coronavírus. A influenza respondeu por 544 ocorrências (10,1%), enquanto o vírus sincicial respiratório (VSR) foi identificado em 1.364 pacientes (25,23%). O rinovírus teve a maior parcela dos registros — com 1.757 (32,5%). A SRAG reúne infecções nas vias aéreas que podem provocar dificuldade para respirar e necessidade de hospitalização.

No país, o *Informe de Vigilância das Síndromes Gripais do Ministério da Saúde*, com dados até 31 de outubro, aponta 118.851 casos de síndrome gripal provocados pela covid-19 em 2026. Uma redução de 68,8% em relação ao mesmo período de 2025.

A queda também aparece nas hospitalizações e mortes. Foram aproximadamente 3,4 mil registros de SRAG associados ao coronavírus em 2026, contra 9,2 mil no ano passado, diminuição de 63%. Os óbitos passaram de 1,4 mil para 437, redução de 69%.

Mesmo com os indicadores abaixo dos registrados em 2025, o Ministério da Saúde identificou crescimento das infecções leves nas últimas seis semanas. A tendência de alta foi observada em 18 unidades da Federação. Rondônia, Roraima, Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, DF, Goiás, Mato Grosso, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina — todas permanecem em nível de baixo risco.

O boletim InfoGripe, por sua vez, identificou crescimento da SRAG associada à covid-19 em cinco unidades: Mato Grosso, DF, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina. Em quatro delas, a incidência permanece baixa. Mas Mato Grosso apresenta o cenário que exige maior atenção.

O professor de virologia Rômulo Neris, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), disse ao **Correio** que o aumento dos resultados positivos não é suficiente para caracterizar uma nova onda de covid-19. Para isso, é necessário observar também a procura por unidades de saúde, as internações e a evolução das mortes.

O pesquisador explica que as condições de circulação das pessoas também influenciam a transmissão. Ambientes fechados e climatizados, comuns em períodos de calor intenso, facilitam a disseminação do vírus. "Não necessariamente o vírus é mais facilmente transmitido por causa da temperatura em si. O aumento das aglomerações pode favorecer a transmissão", explica.

Sem nova onda

Outro ponto acompanhado é a circulação de variantes. De acordo com Neris, aproximadamente 90% dos casos confirmados correspondem à variante XFG e às linhagens derivadas dela, já identificadas no Brasil. "Até o momento, não há indicação de que uma nova variante com maior capacidade de escapar da proteção imunológica esteja provocando o aumento das infecções", tranquiliza.

O professor também chama a atenção para a participação da covid-19 nas mortes provocadas por vírus respiratórios. Nas últimas semanas, os óbitos associados ao coronavírus passaram a representar 24% desse grupo, ante aproximadamente 14% anteriormente. O indicador, segundo ele, merece acompanhamento, mas não confirma isoladamente uma nova onda.

A covid-19 divide espaço com outros agentes causadores de infecções respiratórias. A influenza, em pessoas vulneráveis, pode evoluir para pneumonia e outras complicações. A vacinação anual é a principal forma de prevenção.

Outro agente importante é o vírus sincicial respiratório (VSR), um dos principais responsáveis pela bronquiolite em bebês e crianças pequenas. Desde dezembro de 2025, a vacina contra o vírus integra o Calendário Nacional de Vacinação para gestantes, a partir da 28ª semana de gravidez. Mais de 1,7 milhão de mulheres já receberam o imunizante pelo SUS.

Em 2026, mais de 20,3 milhões de doses contra a covid-19 foram distribuídas pelo Ministério da Saúde. Desse total, 7,4 milhões foram aplicadas. Em outubro, a pasta também disponibilizou testes rápidos a todas as unidades da Federação e enviou estoques do antiviral indicado para pacientes com maior risco de agravamento. O tratamento deve começar nos primeiros cinco dias de sintomas e está disponível no SUS para públicos específicos.

» LEIA MAIS na página 16

Não dá para descuidar

COVID-19
- No caso do DF, houve redução entre janeiro e 6 de novembro, se comparado ao mesmo período de 2025. Total de 2.460 registros
- Porém, desses 2.460, 719 casos foram registrados somente entre 2 de outubro e 6 de novembro

Unidades da Federação com tendência de alta
- Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul, Rondônia e Roraima

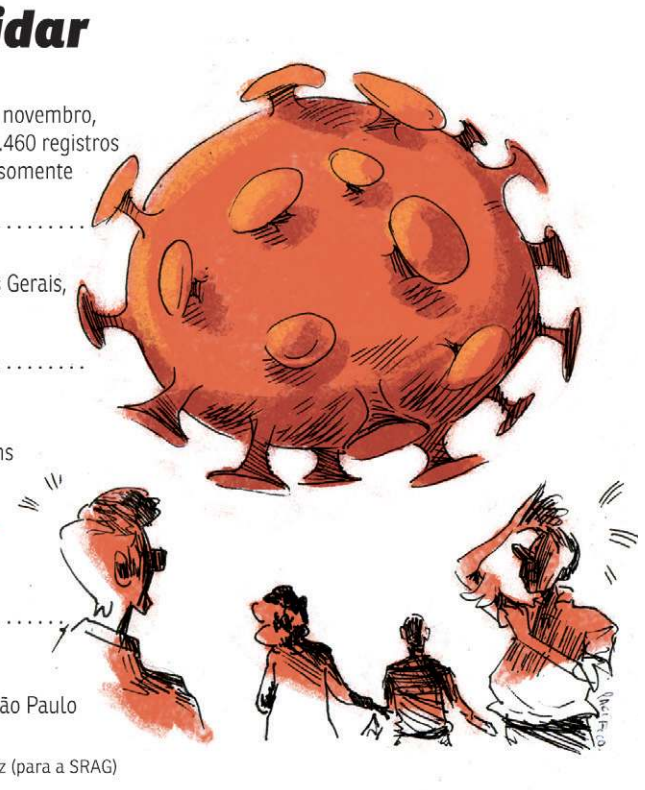
Unidades da Federeação em estabilidade
- Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará, Rio Grande do Norte, Sergipe e Tocantins

SÍNDROME RESPIRATÓRIA AGUDA GRAVE (SRAG)

Unidade da Federação com incidência alta
- Mato Grosso

Unidades da Federação em alerta, mas com incidência baixa*
- Distrito Federal, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo

* Tendência é de aumento da doença
Fontes: Ministério da Saúde (para a covid) e InfoGripe/Fiocruz (para a SRAG)



Paulo Pinto/Agência Brasil



Autoridades sanitárias advertem que calendário de vacinação deve ser seguido para evitar avanço das infecções

> **"Até o momento, não há indicação de que uma nova variante com maior capacidade de escapar da proteção imunológica esteja provocando o aumento das infecções"**
> ***Rômulo Neris,*** *professor de virologia da UFRJ*

ENEM 2026

Entidade acusa viés e quer anular redação

» ANA BISPO CALISTO*

A Associação Escola Sem Partido entrou com uma ação civil pública na Justiça Federal de Brasília para pedir a anulação da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2026. A entidade questiona o tema "A valorização do Sistema Único de Saúde (SUS) como direito universal" e alega que a proposta apresenta viés político-ideológico ao induzir os candidatos a defender o sistema público de saúde.

A ação foi apresentada na segunda-feira à 20ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal. Na terça-feira, o juiz Anderson Santos da Silva determinou que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC), se manifeste sobre o pedido no prazo de 72 horas.

Segundo Miguel Nagib, advogado e presidente do Escola Sem Partido, a petição solicita a suspensão imediata da correção das redações. Caso a medida não seja concedida, a entidade pede que as notas não sejam divulgadas nem utilizadas em processos seletivos de acesso ao ensino superior até que haja uma decisão judicial.

Para a associação, a formulação do tema teria induzido os participantes a assumir uma posição favorável ao SUS, com o risco de serem prejudicados na avaliação caso apresentassem argumentos contrários à valorização do sistema.

"O Estado pode exigir que o candidato conheça, compreenda e analise o Sistema Único de Saúde. Não pode, entretanto, transformar a concordância com determinada avaliação política desse sistema em condição, explícita ou implícita, para a obtenção de uma boa nota", afirma a petição.

Divulgação/Gov.br



Segundo o Inep, tema da redação não tem coloração político-partidária

A entidade argumenta que a proposta compromete a liberdade de pensamento e a igualdade de condições de acesso ao ensino superior, princípios previstos na Constituição. Pede, ainda, que a redação seja considerada nula e que se faça nova avaliação.

Para a associação, estudantes que tivessem críticas ao SUS poderiam se sentir pressionados a adaptar seus argumentos para evitar prejuízos na correção. A petição também menciona as regras do exame, que estabelecem nota zero para redações que apresentem fuga ao tema proposto.

O que diz o Inep

Por sua vez, o Inep esclareceu que a proposta de redação do Enem passa por um processo de elaboração, revisão e validação técnico-pedagógica, com a participação de professores e especialistas. Segundo o instituto, a avaliação considera a adequação do tema às competências e habilidades previstas na matriz de referência do exame.

O Inep também defendeu que a proposta aborda uma questão de cidadania e de direitos sociais assegurados pela Constituição Federal, e não um assunto de natureza político-partidária.

De acordo com o Inep, o tema permite que os participantes desenvolvam diferentes perspectivas de argumentação, incluindo discussões sobre a importância do SUS, os desafios enfrentados pelo sistema e as condições necessárias para garantir o direito universal à saúde.

O instituto ressaltou, porém, que os candidatos devem respeitar o recorte temático proposto e os critérios de avaliação do exame.

***Estagiária sob a supervisão de Ana Sá**

» Questões são contestadas

O deputado federal Rodolfo Nogueira (PL-MS) encaminhou ao Ministério da Educação pedido de anulação de duas questões do Enem 2026, alvos de críticas da bancada do agronegócio no Congresso e de entidades do setor. Uma delas apresenta uma reportagem que discute o crescimento da produção do agrícola em paralelo à permanência da fome no país. O texto reproduz a avaliação de um pesquisador de que parte expressiva da produção do campo é destinada à indústria e à exportação de commodities, e não diretamente para o sustento da população. Já a questão 76 do caderno azul aborda os centros de formação do Movimento dos Sem Terra. Nogueira indaga a respeito da escolha do MST como referência, argumentando que a prova poderia mencionar outras instituições ligadas à formação no setor rural.